

Patrimônio Cultural e Turismo: Cenários sobre o Município de Inhambane, Moçambique

Revista Rosa dos Ventos –

Turismo e Hospitalidade

6(3) 356-373, jul-set, 2014

© O(s) Autor(es) 2014

ISSN: 2178-9061

Associada ao:

Programa de Mestrado em Turismo

Hospedada em:

<http://ucs.br/revistarosadosventos>



Pelágio Julião Maxlhaieie¹, Antônio Carlos Castrogiovanni²

RESUMO

O presente artigo perpassa as relações que podem ser estabelecidas entre patrimônio cultural e Turismo na [re]organização dos lugares turísticos outrora constituídos pela influência quase que exclusiva dos componentes do patrimônio natural. Por meio da análise e reflexão, constatamos que o Município de Inhambane, Moçambique, apresenta potencial turístico a partir da combinação única das condições do seu litoral – o qual dispõe de uma faixa de areia, condições únicas para a prática de mergulho, pesca desportiva –, com a herança árabe e colonial portuguesa presente na sua cidade antiga, ambos associados à beleza paisagística do patrimônio natural ali presente. Ao refletirmos sobre a importância do patrimônio cultural na diversificação da oferta turística, em atividades complementares e/ou substitutas às tradicionais formas de Turismo, observamos que por meio da [re]ativação deste patrimônio, quase desconhecido dos turistas e das instituições culturais locais, sugerimos que o município pode de forma sustentável [re]apropriar-se e se reconstituir, [re]produzir-se e ser consumido por novas tipologias de Turismo emergente/alternativo, ávidas pela utilização do patrimônio cultural, e não só pelo desfrute do tradicional Turismo de sol e mar, já presente neste município.

Palavras-chave: Turismo. Patrimônio Cultural. Lugar. Município de Inhambane, Moçambique.

ABSTRACT

Cultural Heritage and Tourism: Setups for the Inhambane Municipality in Mozambique – This article goes through the

¹ **Pelágio Julião Maxlhaieie** - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do RS. Docente da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. E-mail: pelagianismo@hotmail.com

² **Antônio Carlos Castrogiovanni** – Doutor. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do RS, e da Pontifícia Universidade Católica do RS. E-mail: castroge@ig.com.br

relationships that can be established between cultural heritage and Tourism, in order to [re]organize the tourist places once constituted almost exclusively by the influence of the natural heritage components. After reflection, it was observed that Inhambane Municipality has a touristic potential, ranging from combination of coastline which features a strip of sand, unique conditions for scuba diving, sport fishing, and the ancient Arab city and Portuguese colonial, even the contemplation of an environment full of natural heritage. As we reflect about the meaning of cultural heritage in the diversification of the Tourism offer in complementary and/or substitute the traditional forms of Tourism activities, we observe that by the [re]activation of this heritage, almost unknown by the tourists and the local cultural institutions, we think that in a sustainable county can [re]appropriating and reconstructing, [re]produce and consumed by new types of emerging/alternative Tourism, eager for the use of cultural heritage, and not only by traditional sun and sand tourism, existing in this municipality.

Keywords: Tourism. Cultural Heritage. Place. Inhambane Municipality, Mozambique

INTRODUÇÃO

A consolidação do Turismo como prática socioespacial massiva, ao longo do século XX, teve como consequência a transformação e incremento do patrimônio em atrativo turístico. Através das atividades econômicas associadas ao Turismo, verificou-se um processo de mercantilização do mesmo, permitindo níveis variáveis de rentabilidade. Tal tendência, que teve um pico considerável a partir do período pós-segunda guerra mundial, compreendeu o incremento de modalidades alternativas do Turismo, denominadas como segmentos de *nicho*, que têm na natureza e na cultura do lugar, seus alicerces e formas de consumo turístico, em detrimento do tradicional turismo sol e mar (Prats, 1998).

Diversas questões podem ser analisadas para melhor compreender a crescente importância do patrimônio, para o Turismo. Para Schettini (2008), cabe mencionar as recomendações de organismos internacionais tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), já na década de 1960, ou de organismos como a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Banco Mundial ou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a partir da década de 1970, que incentivam a preservação do patrimônio, inclusive considerando para tal, o Turismo. Estas instituições, reconhecendo a importância do Turismo, promovem seu desenvolvimento como meio para alcançar uma nova ordem econômica internacional que contribuiria para reduzir as gigantescas desigualdades sociais entre os países mais e os menos desenvolvidos, esperando um impacto real na melhoria dos padrões gerais de vida das comunidades residentes dos lugares turísticos.

Com a pós-modernidade, assistimos ainda ao incremento dos processos de *ativação patrimonial*³, muitos dos quais levam em conta, desde a sua origem, relações com o desenvolvimento do ócio e ou do Turismo, a afetam diretamente o mercado econômico de bens simbólicos, que passam a ser avaliados em termos de consumo. Sendo o lugar possuidor de algum tipo de patrimônio significativo, transforma-se, conseqüentemente, em um lugar

³ Tal expressão significa escolher determinadas referências e expô-las de outra forma. Isto equivale a articular um discurso que dependerá das referências escolhidas, dos significados destas referências que se destacam, da importância relativa que se lhes outorga e do contexto (Prats, 1998).

potencial para a prática do Turismo (Prats, 1998; Schettini, 2008). Seguindo essa linha de argumentação, percebemos que este é o caso do município de Inhambane, em Moçambique, em que se enfatizam variáveis como a singularidade, a identidade e a autenticidade dos bens ou atributos que venham a se constituir como novos atrativos turístico-patrimoniais, sendo esses valores adotados como estratégia para incentivar o desenvolvimento do Turismo, através da diversificação da oferta turística local.

O presente artigo propõe discorrer sobre a importância da [re]ativação do patrimônio cultural na diversificação da oferta turística, usando como objeto empírico o município de Inhambane, considerado como o principal lugar turístico de sol e mar, em Moçambique, e apresentado como símbolo do patrimônio cultural nacional. Tal discussão poderá vir a se constituir em instrumento pragmático que contribua de forma positiva com as decisões de planejamento do Turismo local, pelos atores responsáveis por tal processo (Estado-governo, setor privado e comunidade local). Adicionalmente, espera-se que sirva como mais um *atelier* para ampliar o debate científico sobre o tema pois, apesar da importância do Turismo e da sua continuidade ao longo do tempo, as Ciências Sociais têm prestado pouca atenção a este fenômeno, fato que faz com que o conhecimento e a reflexão sobre o mesmo, além de escassos (Bertoncello, 2008a), sejam postos sob a égide funcionalista-economicista que é, no mínimo, reducionista.

A metodologia de elaboração do artigo centrou-se na matriz qualitativa, na medida em que se preocupa em contextualizar o Patrimônio e o Turismo em termos locais, temporais e situacionais, por meio da análise dos significados do lugar, da experiência turística e das práticas sociais inseridas na matriz cultural. O artigo foi proposto através das técnicas de revisão bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo com a observação em primeira mão, na qual se recolheu informação em fontes e/ou instituições ligadas à gestão da atividade turística localmente (Direção Provincial do Turismo, Direção Provincial da Cultura e Conselho Municipal de Inhambane), assim como em trocas dialógicas com a população local e turista, para realizar-se, na sequência, um movimento metodológico de triangulação por meio da análise e interpretação de resultados.

QUADRO TEÓRICO E CONTEXTUAL

“Viagens que se tornaram famosas, como a de Marco Polo, as Cruzadas ou o *grand tour* são antecedentes do *turismo*. Ainda não existia uma organização para ser chamada Turismo. Verdadeiramente, o Turismo nasceu com a indústria” (Xavier, 2007, p. 51). O Turismo nasce e se expande com o capitalismo industrial. A cada avanço capitalista, há um avanço do Turismo (Moesch, 2000). A teoria e a prática do Turismo têm experimentado diversas fases em seu processo evolutivo, entre as quais Molina (2003) identifica três: o pré-turismo (o *grand tour*), o turismo, mais propriamente (as concepções industriais) e o pós-turismo. Como destaque, a terceira fase, marcada pela pós-modernidade, é influenciada pela quantidade e qualidade de recursos tecnológicos à disposição de todos os setores de atividade, inclusive na criação e na proliferação dos *megaresorts*, nos não-lugares⁴ e ou entre-lugares⁵, e dos parques temáticos

⁴ Termo usado por Augé (1994) para expressar “tanto as instalações necessárias à circulação de pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transportes ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta” (pp. 36-37). Para Castrogiovanni (2004, 2007), o não-lugar parece ser a simples negação do lugar, isto é, o lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro por não ser completamente apagado e, o segundo, nunca se realiza totalmente.

(playgrounds). Nessa fase, registra-se, também, uma influência significativa da natureza e da cultura. Pires (2002) sustenta que esta influência é acrescida pelo surgimento de um novo segmento de fluxos turísticos, ávidos em visitar novos espaços e em consumir novos produtos não convencionais. Dentro das novas tipologias emergentes destacam-se o ecoturismo, o turismo cinegético, o rural, o de aventura e o turismo cultural, onde as bases e as formas de suas práticas estão na natureza e na cultura.

No mundo pós-moderno, ou na era do pós-turismo, o espaço turístico tende a se confundir com toda a superfície terrestre, incluindo florestas, domínios polares, altas montanhas, mares e camadas da atmosfera. Entretanto, esse mundo do Turismo tende a ultrapassar o espaço físico e cinematográfico, chegando a outras categorias de espaço, como o virtual e o psicológico, motivo pelo qual se amplia a possibilidade de seu tratamento analítico (Xavier, 2007). Seguindo esta linha de argumentação, nos auxiliamos dos fundamentos de Knafou (1996), ao propor três possibilidades distintas para enfocar Turismo e espaço: os 'espaços sem Turismo', 'Turismo sem espaço' e, ainda, os 'espaços turísticos'. A primeira possibilidade baseia-se no fato de que alguns lugares não estão preparados para receber os turistas. O segundo tipo relaciona-se com as viagens virtuais, possibilitadas pela informatização, em especial através da Internet e das novas tecnologias de informação e comunicação. E, por último, está a existência de lugares inventados e produzidos pelos turistas, ou seja, sem o turista o lugar não teria razão de ser. É nesta última possibilidade que delimitamos o município de Inhambane, no qual o Estado, a sociedade, as áreas culturais, as empresas e os mercados turísticos interagem uns com os outros, [re]organizando-se numa constante evolução, como assinala Dolfus (1991), na sua visão sistêmica da organização geográfica global.

Segundo Moesch (2000), o Turismo compreende uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática socioespacial com base cultural, ou seja, a herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade e troca de informações interculturais. Para esta autora, o somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade e subjetividade, consumido por milhões de pessoas, que tem como síntese o produto turístico. Os benefícios originários deste fenômeno são também complexos e podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e social da comunidade.

Na virada do milênio, a atividade turística foi profundamente marcada pela ideia de retorno à natureza. Tal situação é o resultado do expressivo crescimento das cidades e de uma estratégia do capital (Pires, 2002; Xavier, 2007; Molina, 2011). Nas grandes cidades poluídas, congestionadas e violentas, são criadas as necessidades das saídas das pessoas, na procura de espaços mais abertos, nos quais possam contemplar a paisagem, caminhar, tomar banho de cachoeira, dormir ao relento e abrir novos horizontes. Tais necessidades correspondem ao alívio do "estresse urbano" (Xavier, 2007, p.57). Segundo este autor, a estratégia do capital por sua vez, vem recair sobre a [re]valorização do patrimônio natural. Portanto, o uso do patrimônio turístico tem sido motivo de discussão sobre seus benefícios e suas contradições.

⁵ Castrogiovanni (2004, 2007), inspirado em Homi Bhabha, concebe o entre-lugar como o lugar praticado pelo sujeito turista, num certo tempo. Assim, entendemos o entre-lugar turístico como sendo a lugarização do espaço geográfico, substanciada pelo sujeito visitante na dialogicidade estabelecida entre o seu lugar (lugar conhecido) e o lugar/não-lugar visitado (desconhecido). Ele é simbólico, enquanto existência, mas possui uma densidade representativa, a partir da cultura. Portanto, depende das incorporações tempo-espaciais do sujeito visitante. Ele confunde o lugar de origem com o lugar/não-lugar visitado. Com a sua constituição, este subespaço passa a ser uma parte do todo que é o espaço turístico.

Outro fato que atingiu o Turismo nas últimas décadas foi o redespertar dos valores culturais por meio das manifestações antropológicas, religiosas, artísticas, artesanais, folclóricas, históricas, entre outras (Xavier, 2007). Ou seja, o significado do patrimônio cultural torna-se muito amplo, pois, inclui produtos do servir, do pensar e do agir humano (Pellegrini Filho, 1999).

Paradoxalmente, se o retorno à natureza produz um movimento de saída de pessoas das cidades, os valores culturais, ao contrário, estimulam a permanência delas nas cidades. Segundo Xavier (2007), a importância do Turismo voltado para os valores culturais reflete o conhecimento de um lugar, de uma época ou de um estilo de vida pelo valor simbólico e representativo de uma coletividade, assim como a importância das manifestações e das artes populares. De qualquer forma, nota-se que a expansão do Turismo pós-moderno atribuiu novos valores, tanto às formas orientadas pela natureza como pela cultura, o que ressalta a importância de [re]discutirmos o patrimônio, considerando sua categorização representada pelos componentes naturais e culturais.

De acordo com Molina (2003, 2011), o turismo pós-moderno ou o pós-turismo ameaça eminentemente a informação da oferta e das forças produtivas. Assim, se deve considerar que muitas partes do mundo terão que competir agregando valores à sua oferta, ressaltando a autenticidade de seus patrimônios naturais e culturais e o contato com a população de cada lugar, ou seja, ressaltando o sentido do lugar. Para Xavier (2007), essa nova situação nos leva a repensar o papel da extensão no Turismo, diante da necessidade de levar a comunidade ao melhor conhecimento e avaliação de seu patrimônio, bem como a melhor conhecer as relações que se estabelecem entre o visitante e o morador local.

Esta proposta será enaltecida por meio da leitura do patrimônio cultural e de seu potencial para diversificar a atividade turística no município de Inhambane, pois, historicamente, este lugar foi apropriado e se expandiu através do consumo do patrimônio turístico natural, em atividades de influência *heliotrópica e telassotrópica*⁶. Entendemos o patrimônio turístico na sua visão complexa, como o conjunto potencial (conhecido ou desconhecido) dos bens materiais ou imateriais à disposição da sociedade e que pode ser utilizados mediante um processo de transformação para satisfazer suas necessidades turísticas (OMT, 2001).

Assim, se o patrimônio natural se refere a um bem natural que, dado ao seu valor em termos de biodiversidade, valor econômico ou paisagístico, merece ser conservado e protegido pela sociedade, uma vez que esses elementos estão em contato com as pessoas e acabam interferindo no seu cotidiano ou mundo vivido (Texeira, Silva & Bernardes, 2012). O patrimônio cultural (histórico-cultural) compreende o conjunto de todos os bens, materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a cultura de um povo determinado (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2011). Corroboramos ainda com essa fonte, acreditamos que a noção de patrimônio relacionada apenas aos bens culturais foi sobreposta pela concepção de patrimônio cultural que envolve o patrimônio natural, na medida em que entendemos a natureza como um produto da ação dos homens, portanto, da cultura, ou, estamos falando da natureza artificial, cada vez mais tecnificada, segundo Milton Santos (2012).

⁶ São atividades onde o sol e as praias são os fatores que desencadeiam os fluxos turísticos (Montejano, 2001).

TURISMO E PATRIMÔNIO

Uma das reflexões que destacamos neste exercício é o papel do patrimônio na constituição do atrativo turístico. Este posicionamento pode ser explicado por dois fatores: o primeiro ressalta a crescente importância que os processos de patrimonialização⁷ têm na atualidade e, no segundo fator, considera-se o interesse também crescente que o patrimônio vem adquirindo na formação do atrativo turístico, especialmente no quadro das modalidades denominadas como turismo alternativo (Bertoncello, 2008). É sobre esse último fator que incide a nossa discussão. A respeito da primeira questão, consideramos as reflexões de Choay (2001), ao assinalar que a pós-modernidade é caracterizada por presenciar uma verdadeira ‘explosão patrimonial’, coexistindo com vários processos de patrimonialização dos bens e de vários atributos. Constatamos que a mundialização da cultura ocidental, sob influência da globalização, contribuiu para a expansão geral das práticas patrimoniais, evidenciada pela criação da Unesco, órgão transnacional que lida com as questões patrimoniais.

Portanto, a democratização do saber, herdada do iluminismo e revitalizada na modernidade, a par do desenvolvimento da sociedade e do lazer – turismo de massa – está na origem da expansão mais significativa do patrimônio cultural. Pode-se associar este contexto ao momento em que museus e monumentos históricos passam a estar mais vinculados a lógica comercial, a cultura passando a desenvolver uma semântica empresarial e cada vez mais industrial. Sem pretender aprofundar os argumentos colocados em pauta para interpretar essa situação, interessa-nos abordar seus vínculos com a valorização turística do patrimônio.

Antes de abordarmos tal relação, convém rever as formas em que frequentemente é conceituado o patrimônio, no sentido *lato sensu*, portanto, sem pretensão de trazer abordagens exaustivas. Segundo Bertoncello (2008) e Schettini (2008), com frequência o patrimônio é visto como algo que se herda, normalmente de gerações precedentes; isso significa que sua condição estaria definida pelo passado e a tarefa atual seria garantir sua conservação e preservação e, eventualmente universalizar o acesso a ele. Também, é interpretado, geralmente, como um bem que pertence ao coletivo social, ou seja, seria ‘de todos’; como tal, ao mesmo tempo deveria conciliar uma aceitação e aprovação geral, não sujeita a questionamentos. Ainda é habitual que o patrimônio seja valorado em função dos atributos intrínsecos do objeto de que se trata; assim, seu valor radicaria essencialmente nas qualidades intrínsecas (como raridade ou escassez, excepcionalidade e genialidade) do bem patrimonializado (Prats, 1998).

Estas formas habituais de abordar o patrimônio têm sido questionadas (Prats, 1998; Bertoncello, 2008; Schettini, 2008). Segundo estes autores, na leitura do patrimônio como herança, tem se advertido que o patrimônio não é unicamente algo que tem origem no passado e meramente recebido no presente, na medida em que, pelo contrário, é desde o presente que se levam adiante os processos de definição do mesmo; esta seleção, por certo, responde a lógicas e interesses atuais, e é levada a cabo de maneira intencional por atores sociais concretos, com uma ativa e necessária intervenção do Estado.

A condição do patrimônio, de ser algo comum ou compartilhado por todos, é outra vertente que também pode ser questionada, pois, se ele é resultado de um processo de seleção levado

⁷ Entendemos a patrimonialização como uma ação empreendida por diversos atores e instituições locais, nacionais e internacionais, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de um determinado lugar e do seu patrimônio natural e histórico-cultural.

a cabo por atores sociais concretos, é evidente que estará definido pelos critérios que estes atores estabelecerem e que, de modo mais ou menos direto, se darão em função de intencionalidades sociais específicas, como assinala Prats (1998). Observamos que as características intrínsecas do que se patrimonializa sustentam a função de legitimar as eleições realizadas a partir de critérios sociais atuais, que não deixam de ser critérios processuais (históricos) e objetivos que sustentam tais escolhas.

O aproveitamento turístico do patrimônio se instalou com forte intensidade a partir de uma visão que propõe o uso turístico como alternativa viável para garantir seu desfrute e valorização por parte da população (ou especificamente daqueles que podem ser turistas), considerando que através do Turismo se gerariam os recursos necessários para sua gestão e preservação. Este fenômeno se correlaciona com o crescimento e conhecimento dos produtos da cultura, e também das manifestações relacionadas com a natureza, cuja hierarquia e importância estão além de qualquer questionamento. Não obstante, de igual modo que sucede com o patrimônio no sentido restrito, também seu aproveitamento turístico merece algumas considerações sobre que os engendram (Bertoncello, 2008).

Seguindo esta linha de argumentação, cabe questionar em primeiro lugar, sobre qual é o patrimônio valorizado pelo Turismo, o que frequentemente passa a ser denominado como *patrimônio turístico*, já que por circunstância está claro que não se trata de todo patrimônio, senão uma parte deste; e que atores estão por detrás desta valorização. Retomando Prats (1998) e Bertoncello (2008), compreendemos que uma resposta a estas indagações se estrutura em torno das características intrínsecas do patrimônio, relacionadas, por exemplo, com sua carga simbólica, seus atributos de beleza ou singularidade, e a genialidade de sua expressão. Diante disso, nos deparamos com o fato de que existem vários tipos de patrimônios, que por suas próprias características, seriam mais adequados na sua conversão/transfiguração em atrativos turísticos.

Outra resposta coloca em ênfase os turistas, reconhecendo neste caso, que são as necessidades e expectativas destes atores que orientam a seleção do patrimônio a ser convertido em atrativo turístico; as técnicas de marketing serão adotadas para aperfeiçoar esta seleção. Este processo coloca desafios interessantes à gestão do patrimônio, pois esta escolha pode não ser concordante com os critérios de relevância e de significado que orientam a ativação e legitimação patrimonial (Bertoncello, 2008).

Assim, constatamos que expressões patrimoniais de grande valor para uma determinada sociedade podem ter valor reduzido para os turistas, ou vice-versa. Por outro lado, aquelas expressões patrimoniais valorizadas pelo Turismo adquirem uma vantagem valorativa que pode interferir nos critérios que orientam sua ativação e sua relação com as outras formas de valoração. Reconhecemos que a compreensão do patrimônio é um processo complexo e conflitante (não finito, sobretudo na contemporaneidade), não por considerar seus elementos constitutivos, mas, sobretudo pelos atores envolvidos e por detrás da elaboração deste entendimento, tal como sustenta Rodolfo Bertoncello (2008):

En tanto la definición misma del patrimonio es, [...], un proceso complejo y muchas veces conflictivo, su valoración turística y la necesidad de responder a los intereses de los turistas pueden intervenir complejizando aún más estos procesos, y haciéndolos más conflictivos. La selección de patrimonio para el turismo refuerza los procesos de selección propios de la activación patrimonial y otorga más visibilidad y relevancia al patrimonio elegido, relegando al resto a una mayor opacidad y desjerarquización (pp. 11-12).

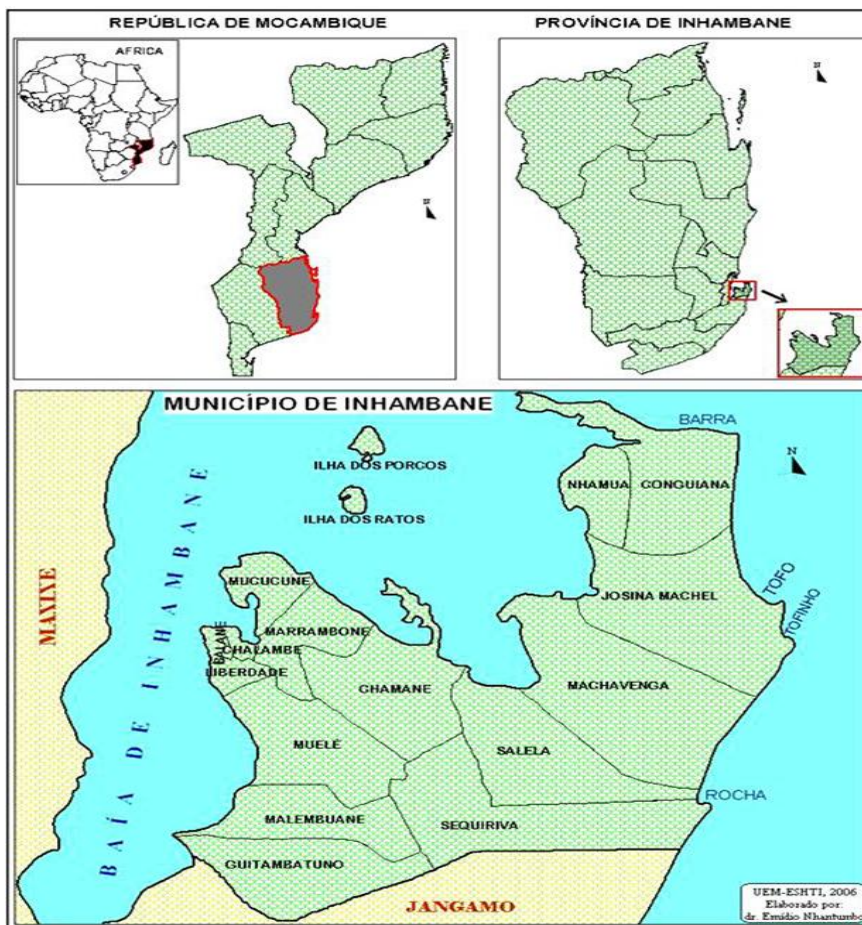
Portanto, sem desconsiderar outras possibilidades de ler o patrimônio, tanto as mencionadas (sob o enfoque de uma determinada comunidade, do ponto de vista do turista, ou na lógica do reconhecimento institucional, como o da Unesco), assim como as formas não identificadas (patrimônio como construção social), nossa preocupação ressalta a necessidade de se abordar o patrimônio sob o olhar do sujeito que o atribui como valor turístico, isto é, do turista, considerado como principal ator da transformação do patrimônio em patrimônio turístico, ou da sua turistificação. Por meio desta leitura complexa, pretendemos discutir de que forma o patrimônio cultural produz o município de Inhambane, configurando-o em paisagem atrativa turisticamente, discussão essa que será possibilitada por meio do levantamento do patrimônio em referência e da posterior averiguação de seu potencial na diversificação da oferta turística local, complementando e/ou substituindo as formas tradicionais do Turismo.

O TURISMO NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE

O Município de Inhambane, capital da província⁸ com mesmo nome, localiza-se na região sul de Moçambique e ocupa uma parte da zona costeira da província de Inhambane. Situa-se entre as latitudes 23°45'50" (Península de Inhambane) e 23°58'15" (Rio Guiúá) Sul, e as longitudes 35°22'12" (Ponta Mondela) e 35°33'20" (Cabo Inhambane). Este cobre uma parte continental e duas ilhas, o que circunscreve uma área total de 192 Km² (Nhantumbo, 2007). O município limita-se a norte pela Baía de Inhambane (Oceano Indico), a sul pelo Distrito de Jangamo, a este pelo Oceano Indico e a oeste pela Baía de Inhambane e Cidade da Maxixe, conforme o mapa a seguir.

⁸ A organização política administrativa de Moçambique difere da Republica Federativa do Brasil. Sendo assim, as províncias são as maiores unidades territoriais de Moçambique e as mesmas subdividem-se em distritos, autarquias (municípios), localidades e postos administrativos. No geral, os municípios mais importantes representam as capitais provinciais, como é o caso do nosso objeto empírico, a Cidade de Inhambane, que administrativamente corresponde ao Município de Inhambane.

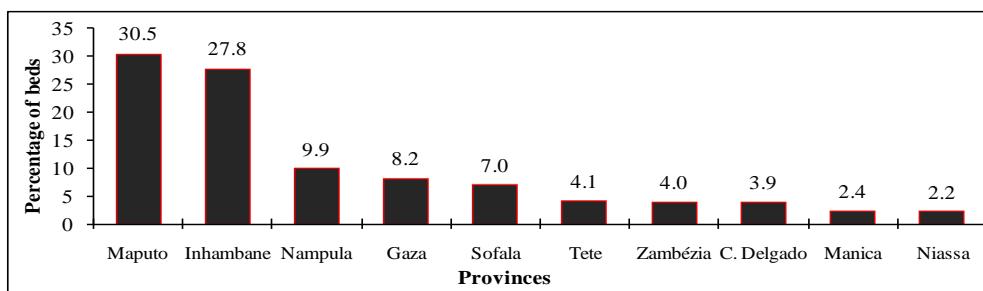
Figura 1 – Localização Regional e Limites do Município de Inhambane



Fonte: Nhantumbo (2007)

A Província de Inhambane, no qual se insere o município em análise, durante vários anos de experiência turística foi considerada como *Capital do Turismo*. Igualmente, foi o território que auferiu o maior volume de investimentos no setor, em termos de dimensão de projetos de investimento (Humboldt-Universität zu Berlin, 2002). A província ocupa a segunda posição, depois de Maputo (capital do país) no *ranking* nacional, em termos de capacidade do setor turístico. De acordo com o INE (2008), Inhambane contava com 4574 leitos em 2007, o equivalente a 27,8%, em termos de capacidade de alojamento (Figura 2).

Figura 2 – Distribuição de Leitos nos Estabelecimentos Hoteleiros por Província em 2007



Fonte: Nhantumbo (2009), com base em dados do INE (2008)

As chegadas turísticas internacionais na província cresceram de 13.170, em 2001, para 20.280 visitantes em 2006, enquanto os visitantes domésticos aumentaram de 10.590 para 11.400 no mesmo período. O número total de visitantes aumentou de 23.760 a 31.680 no período de cinco anos (INE, 2007; Nhantumbo, 2009). Flutuações no número de visitantes nacionais e internacionais são visíveis, embora nos visitantes domésticos não tenha aumentado significativamente. Muatxiwa e Eberherr (2007) relatam que o número de pessoas empregadas no setor do Turismo aumentou de 2050 em 2003, para 3350, em 2006 (Tab. 1).

Tabela 1 – Indicadores de Crescimento do Turismo na Província de Inhambane, 2004-2008

Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	% Taxa de C. Anual
Estabelecimentos	270	296	322	378	431	14.9
Quartos	1 025	1 200	1 672	2 789	3 701	65.3
Camas	3 750	4 300	4 535	8 786	10 620	45.8
Empregos	2 222	2 542	3 351	3 833	4 521	25.9
Projetos aprovados	18	33	27	47	52	47.2
Investimento (10 ³ USD)	2 779	3 200	18 420	89 057	150 538	1 329.3

Fonte: Nhantumbo (2009), com base em dados de Moçambique (2009)

De acordo com a Tabela 1, observa-se que os números de estabelecimentos turísticos, quartos e leitos cresceram 60%, 261% e 180%, respectivamente, entre 2004 e 2008. O investimento no setor cresceu de forma impressionante de apenas US\$ 2,8 milhões em 2004 para US\$ 150,6 milhões em 2008. O número de pessoas empregadas no Turismo foi mais do que o dobro, comparando 2004 e 2008. Por outro lado, o número de projetos turísticos aprovados aumentou quase 200% (Moçambique, 2009). Estes indicadores refletem claramente o aumento do fluxo de turistas para Inhambane, e ressaltam a necessidade de investigar este cenário de evolução e objetivar esta tendência de forma singular – lugar por lugar – que em nossa reflexão será possibilitada através dos *insights* do Município de Inhambane.

O Município de Inhambane, maior lugar turístico provincial, insere-se num dos espaços prioritários para o desenvolvimento do Turismo, denominados de Áreas Prioritárias para o Investimento em Turismo (APIT) de 1ª Classe⁹, com subáreas que já foram apropriadas pela prática social do Turismo, sobretudo o de sol e mar. Todavia, na atualidade, pelas potencialidades que oferece, este município pode de forma sustentável ser [re]apropriado e [re]constituído, [re]produzido e consumido/usado por novas tipologias de Turismo emergente ávidas pela utilização do patrimônio cultural ou histórico-cultural, já que por muito tempo, o município constituiu-se turisticamente a partir da apropriação do patrimônio natural (sol, areia e mar). De acordo com o Plano Estratégico do Município e Inhambane 2009-2019, o Turismo é a principal atividade econômica local, mas o [re]conhecimento do município nesta área ainda

⁹ De acordo com o Ministério do Turismo – MITUR (2003/2004), o Município de Inhambane insere-se numa das APIT do Tipo A – que são aquelas que possuem certo nível de desenvolvimento de Turismo e infraestrutura de Turismo, para além da diversidade do patrimônio turístico. As outras APIT são as do Tipo B - áreas com elevado potencial de Turismo, com localização estratégica, mas que efetivamente ainda não têm nível significativo de desenvolvimento do Turismo e, as do Tipo A/B – referente a áreas com um limitado nível de desenvolvimento turístico, mas possuidoras de potencialidades turísticas.

estaria pouco desenvolvido, bem como o papel que poderá desempenhar para atrair e controlar um Turismo que faça uso dos recursos locais sustentavelmente (Inhambane, 2009).

Apesar da enorme dificuldade no acesso a dados estatísticos referentes à quantidade e evolução da estrutura turística, de acordo com o relatório da Direção Provincial do Turismo de Inhambane, num universo de 445 estabelecimentos turísticos na província, constatou-se que maior número destes, cerca de 110 estabelecimentos (25%) situam-se no município em análise, representada pela rede de alojamento (hotéis e *lodges*), restaurantes, lojas de *souvenir*, bares, salas de dança, discoteca, aeródromo e serviços de entretenimento. No que se refere à demanda turística, dos 231.600 turistas que visitaram a província em 2011, a maioria (30%) preferiu este município, num universo de 14 distritos. A maioria destes turistas é estrangeiro, oriundos em primeiro lugar da África do Sul, seguidos de Zimbábue. Há também um número crescente de visitantes europeus (Inglaterra, Holanda, Alemanha e França) e norte-americanos.

Por outro lado, constatou-se que nos últimos anos o investimento no setor subiu substancialmente, de US\$ 16 mil em 2005, para US\$ 56 mil em 2007 e US\$ 2.085 mil em 2008 (Azevedo, 2009). Estes investimentos consistem em hotéis, *resorts*, *lodges*, parques de campismo, restaurantes e bares, e escolas de mergulho, sob gestão quase de forma absoluta pelos sul-africanos. A atividade mais popular é a dos cursos de mergulho. De seguida seguem-se os passeios de barco, pesca desportiva, observação do mar e da fauna local (com destaque para os *big five* aquático: tubarão-baleia, raia manta, tartaruga marinha, tubarão e golfinho), *snorkling*, safaris oceanográficos, pesca à mosca, passeios a cavalo e excursões de *quad bikes* nas famosas praias da Barra, Tofo, Tofinho e Rocha, situadas no município. Adicionalmente, de forma tímida, são organizadas excursões às comunidades, nas quais as populações locais têm a oportunidade de expor e comercializar seus produtos artísticos, como o artesanato.

Município de Inhambane: ‘símbolo’ do patrimônio cultural nacional - A cidade de Inhambane, administrativamente correlata direto ao município de Inhambane, é a segunda¹⁰ mais antiga de Moçambique. Ela conta com uma população de 65.149 habitantes de diferentes grupos étnico-linguísticos¹¹, sendo que 53,5% correspondem ao sexo feminino e 46,5% ao sexo masculino (INE, 2008). Trata-se de uma das mais bonitas cidades de Moçambique, onde se misturam as influências da velha Europa, da Índia e da Arábia com a cultura africana, dando a Inhambane uma atmosfera única e cosmopolita, e ao mesmo tempo transcultural.

A sua extraordinária localização e arquitetura refletem ainda hoje as diferentes influências da sua história agitada. Já a partir do século XI os árabes utilizaram o Porto de Inhambane, originando o surgimento da cidade. Os primeiros portugueses estabeleceram-se no século XVI e ali permaneceram nos 200 anos seguintes. Inhambane foi um importante centro de venda de marfim. A cidade tornou-se município em 1763 e na mesma época passou a ser um dos primeiros e mais importantes portos para ‘exportação’ de escravos. Os portugueses capturaram e transportaram de Inhambane para as colônias americanas aproximadamente 15.000 escravos por ano. Durante as diferentes guerras Inhambane nunca foi destruída, e por isso até hoje se pode ver construções muito antigas que refletem a turbulenta história de

¹⁰ Em Moçambique, a primeira cidade mais antiga é a Ilha de Moçambique, que é uma cidade insular situada na província de Nampula, na região norte de Moçambique, que deu o nome ao país do qual foi a primeira capital. Devido à sua rica história, manifestada por um interessantíssimo patrimônio arquitetônico, a ilha foi considerada pela Unesco, em 1991, Patrimônio Mundial da Humanidade.

¹¹ Existem três principais grupos étnico-linguísticos no município: Guitonga (Bitonga), Xitsua e Chixopi (Chopi).

Moçambique (Humboldt-Universität zu Berlin, 2002; Inhambane, 2009). É neste aspecto que reside um dos grandes patrimônios turísticos do município.

De acordo com observações efetuadas no terreno, em harmonia com as fontes anteriormente citadas, os calmos bairros do município (vide o mapa) consistem principalmente em casas antigas (Fig. 4) construídas durante os tempos coloniais, muitas delas em decadência, ainda que algumas, como o edifício do Conselho Municipal (Fig. 3), já tenham sido restauradas e mostrem de novo o seu velho esplendor. A cidade foi generosamente construída com espaçosas ruas alcatroadas, varias praças e pequenos parques. O animado centro da cidade concentra-se em redor do mercado central, que é localizado num edifício antigo muito bonito.

Figuras 3 e 4 – Edifício do Conselho Municipal e Casa Oswald Hoffmann



Fonte: Arq. Margarita G.S. de Schetter (Universidade Eduardo Mondlane) e os Autores (2013).

Figuras 5 e 6 – Casa Jeta e Casa Damião de Melo



Fonte: Arq. Margarita G.S. de Schetter (Universidade Eduardo Mondlane) e os Autores (2013).

O mercado em si é pequeno, mas colorido e oferece vegetais frescos, frutas, peixe, pequenos animais, etc., assim como artesanato muito variado, representado por objetos produzidos manualmente ou com equipamentos rudimentares, em pequena escala, que refletem a concepção espacial e formal dos artistas populares de Inhambane, para além dos créditos vindos da região sul e norte de Moçambique. As técnicas mais comuns na produção de artigos são: cerâmica, cestaria, tecelagem, bordados, esculturas de madeira e alguns utensílios

domésticos. Em redor do mercado e principalmente mais perto do centro da cidade há muitas lojas na gestão de moçambicanos de origem indiana, conforme ilustram as Figuras 5 e 6.

As influências europeia e árabe estão refletidas nos edifícios religiosos do município. A velha Catedral da Nossa Senhora da Conceição (Fig. 7), do fim do século XVIII, foi restaurada em 2002. Ao seu lado foi construída uma nova igreja (Fig. 8). O município tem também duas mesquitas (Figuras 9 e 10) próximas uma da outra, uma antiga, construída em 1849, e outra nova. Na área de recreação/diversão existem discotecas, um clube cultural e a Casa da Cultura. Porém, as instituições culturais neste momento não organizam muitas atividades culturais. O local compreende ainda um museu regional da história do município e das culturas da província (Humboldt-Universität zu Berlin, 2002; Nhantumbo, 2009).

Figuras 7 e 8 – Igreja Velha e Igreja Nova (Nossa Senhora da Conceição)



Fonte: Arq. Margarita G.S. de Schetter (Universidade Eduardo Mondlane) e os Autores (2013).

Figuras 9 e 10 – Mesquita Velha e Mesquita Nova (Nur Muhammad).



Fonte: Arq. Margarita G.S. de Schetter (Universidade Eduardo Mondlane) e os Autores (2013).

O Município de Inhambane cobre uma larga faixa costeira da província, ao norte, este e oeste, e muitas das maiores casas coloniais e vários edifícios institucionais estão aí concentrados. Compreende ainda uma velha marginal com bancos de jardim acompanhando a Baía de Inhambane, com mangues crescendo em baixo. A área exterior da cidade é caracterizada por vários bairros semiurbanos e rurais constituídos de pequenas habitações, feitas de materiais locais, e por mercados pequenos, refletindo diferentes misturas culturais, dos nativos e visitantes (turistas). Portanto, além destes elementos e da rica história, Inhambane, oferece outros atrativos patrimoniais culturais, como a comida típica¹² (especialmente frutos do mar), produtos artesanais, música e danças tradicionais¹³, bem como a hospitalidade do povo local – *Terra de Boa Gente*.

Assim, pelas características relacionadas com a singularidade, história e identidade, o Município de Inhambane é considerado patrimônio histórico-cultural de Moçambique (Inhambane, 2009; Azevedo, 2009). De acordo com o levantamento efetuado no terreno, é possível encontrar no município uma variedade de componentes do patrimônio cultural (edificado) que marcam diversos períodos da história moçambicana, conforme ilustra o Quadro 1.

Quadro 1 – Lista de alguns componentes do patrimônio cultural no Município de Inhambane

NOME DO PATRIMÔNIO	BREVE DESCRIÇÃO	ANO DE CONSTITUIÇÃO
Edifício do Conselho Municipal	Outrora denominado de Câmara Municipal. Neste edifício houve várias sessões que marcaram a vida de Inhambane, dentre as quais a vinda do presidente da República Portuguesa, general Craveiro Lopes, que elevou a vila de Inhambane a categoria de cidade.	1761
Pórtico das Deportações	Edificado com pedra e cal, pertencia a uma companhia Borrór, com finalidade de concentrar os escravos aguardando a deportação.	1910-1922
Mesquita Velha	A construção está ligada com a chegada de Sulemane A. Chahama, natural da Ilha de Moçambique, que era muçulmano. Este casou com uma nativa, com quem teve um filho que mais tarde foi estudar islamismo em Zanzibar, a fim de ensiná-lo às pessoas de Inhambane. Com o seu regresso ergueu-se a mesquita. Em 1835 foi erguida no mesmo espaço outra construção de pedra, concluída em 1840. A mesquita guarda até hoje um alcorão de mais de 300 anos e os restos mortais de Chahama.	1835
Igreja Nossa Senhora da	A Igreja Velha foi planejada para ser de madeira, mas entre	1885

¹² Compreende pratos como: amendoim doce, carril de amendoim e caranguejo, caril de camarão seco, cocada-mator-tor (doce de coco), lifete-molina, malcuado, mathapa, mutlhutlho de peixe, óleo de mafureira, matsau (hortaliça de abobara), piri-piri, xibaba, xiguinha de cacana e xima (massa de farinha de milho).

¹³ Destacamos as seguintes danças locais: macarra, mgodo, guissedede, massassa, mautoriais, ndzumba, ngalanga, xibavane, xigubo, xingomana, xisaizana, zoré e ngalanga. Estas danças são representadas com o som da Timbila (instrumento musical local na categoria de patrimônio da humanidade, segundo a Unesco) e do Tambor (percussão).

Conceição	1854-1885 foi construído o atual edifício de pedra. As paredes reforçadas e as ameias no cimo da torre refletem um período histórico de conflitos. O relógio foi instalado em 1930.	
Casa Oswald Hoffmann	O edifício pertencia à família Hoffmann, de origem alemã. A casa foi-lhes arrancada pelos portugueses quando a Alemanha perdeu na 2ª Guerra Mundial. Os materiais de construção incluíam pedra da Ilha de Moçambique, ferro forjado da Itália, azulejos franceses e outro material vindo da Alemanha e possui uma arquitetura única na cidade. O edifício já serviu de hotel, loja, restaurante e atualmente abriga uma empresa de Impressão gráfica.	1890
Palácio Fornaziny	Feito de pedra, cal, mel e sal. Possui paredes com uma grande largura. Tem cobertura de telhado. A pavimentação era constituída de ladrilhas de cimento colorido e azulejos, que se supõe que sejam de origem europeia.	1886-1898
Casa da Marinha (Casa do Capitão)	É a mais antiga de todas outras casas do porto, o que significa que é anterior a 1885. Em 1918 passou a ser usada como centro de convívio pelos oficiais da Marinha. A sua posição é única, com vistas de Norte – Oeste. Atualmente funciona ali o Hotel Casa do Capitão.	Antes de 1885
Casa Damião de Melo	Um dos edifícios projetados para habitação e lojas designadas de casas gêmeas. Foi construído com base em material convencional.	1940
Cine Teatro Tofo	Construído na base de tijolos, com uma cave. Possui a primeira máquina italiana de projeção de filmes do país, acompanhada de uma máquina de legenda. Tem capacidade para 500 pessoas. Na parte frontal tem 100 cadeiras de madeira para os negros e as restantes 400 são convencionais e para os brancos. Estas cadeiras são separadas por uma barreira.	Sd.
Buraco do Tofinho	Monumento em recordação do fim da escravidão: um braço que se eleva e proclama-se livre.	Sd.
Vitrina das Ossadas	Um monumento construído para depositar os ossos dos cidadãos moçambicanos assassinados pela PIDE (policia colonial portuguesa) de 1960 a 1970. O monumento possui formato de uma estrela e é feito de cimento com alguns compartimentos de vidro.	1980
Estátua Vasco da Gama	Feita de mármore para servir de instrumento de recordação do primeiro português a chegar a Inhambane no século XV, e que deu o nome de Inhambane à cidade e assim como a província.	1928
Farol da Barra	É uma torre cilíndrica em alvenaria, com edifícios circulares adjacentes. Possui 13,5 metros de Altura. Encontra-se numa altitude de 25 metros. Possui um alcance luminoso de 25 milhas náuticas.	1900-1904
Locomotiva dos Caminhos de Ferro	A primeira locomotiva que circulou na cidade de Inhambane durante a era colonial. Tinha como principal função o transporte de carga do distrito de Inharrime para a cidade de Inhambane e vice-versa.	Século XVI

Fonte: Adaptado pelos Autores (2014)

REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Refletir sobre o patrimônio cultural, e a forma como este atrativo pode ser [re]ativado para fins turísticos, em atividades complementares e/ou substitutas às tradicionais formas do Turismo no município de Inhambane ainda é um assunto pouco debatido, não só por parte dos políticos, técnicos e planejadores territoriais diversos, assim como por parte das instituições de ensino e pesquisa, sobretudo para um município no qual o Turismo se instalou e continua a crescer com base na (re)apropriação do patrimônio natural, ou de atrativos de influência heliotrópica e telassotrópica. Ultrapassar este modismo de herança moderna é com certeza um processo que perpassa da excelência das políticas, dos planos e dos programas de diversificação da oferta, por contemplar ainda um maior envolvimento e participação dos atores responsáveis pela turistificação dos lugares e desenvolvimento do Turismo (Estado ou mesmo governo, setor privado e população local).

Como constatamos ao longo deste *atelier*, o patrimônio natural constitui o principal motivo das viagens turísticas para o Município de Inhambane. Contudo, este lugar, possui ainda uma rica variedade de atrativos patrimoniais culturais de diferentes influências (geográfica, histórica e cultural), que o engendram como 'símbolo' do patrimônio cultural de Moçambique. Estes elementos precisam ser considerados a médio e longo prazos, como estratégia para manter os atuais e captar potenciais turistas, e proporcionar a estes sujeitos uma oferta rica e experiência diversificada, por meio da combinação das atrações naturais e culturais.

Portanto, com o levantamento efetuado, constatamos que os componentes do patrimônio cultural no município, resumidos no Quadro 1, apesar de serem legalmente protegidos, através do Decreto 10/88, de 22 de Dezembro, que aprova a Lei da Proteção de Patrimônio Cultural em Moçambique, observou-se um descaso por parte das autoridades municipais em relação às áreas histórico-culturais e aos sítios degradados, como ilustram as figuras apresentadas anteriormente. Adicionalmente, quase que inexistem campanhas de educação e sensibilização que ajudem na preservação do meio cultural, construído e ocupado deste município. Como consequência, os turistas na sua maioria desconhecem a existência deste patrimônio, sobretudo os internacionais, que o consomem de forma espontânea e/ou ao acaso.

Finalmente, um grande número de turistas que visita o município permanece apontando a fraca divulgação e sinalização turística como um dos itens mais críticos no acesso e consumo de atrativos culturais. Como argumenta Azevedo (2009), os turistas que visitam o município continuam a deambular desamparados e sem saber como se dirigir para os locais que constituem atração cultural da autarquia. A falta de divulgação e sinalização é notória; hoje a autarquia não possui um local público onde o turista possa obter informações do potencial turístico e indicações de como circular na urbe ou localizar-se em áreas de interesse turístico. As autoridades deixam este trabalho a mercê dos operadores turísticos.

Assim, o patrimônio cultural do município de Inhambane, que alimenta a beleza do cenário e a sua atmosfera única, e o distingue de outros municípios turísticos moçambicanos, deve ser [re]ativado turisticamente, não na lógica unidimensional de substituir o tradicional turismo de sol, areia e mar, pelo turismo cultural e de experiências, para complementar e diversificar a experiência turística e garantir maior qualidade no produto turístico global. Não obstante, acreditamos que para uma verdadeira animação da vida cultural é preciso mais do que a criação de espaços culturais: é necessária também a revitalização de instituições e iniciativas

culturais que visivelmente desde a última década (Humboldt-Universität zu Berlin, 2002), até o momento pensamos estarem paralisadas ou pouco divulgadas.

REFERÊNCIAS

- Augé, M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus.
- Azevedo, H. A. M. A. (2009). Modelo de diagnóstico ambiental para elaboração do plano ambiental do Município de Inhambane em Moçambique. 150 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) – Universidade Católica de Brasília.
- Bertoncello, R. (Org). (2008a). *Turismo y Geografía; lugares y patrimonio natural-cultural de la Arfentina*. Buenos Aires: Ciccus.
- Bertoncello, R. (2008). Turismo, cultura y patrimonio. La ciudad-colonia San José (Entre Ríos). In: Bertoncello, R. (Org). *Turismo y Geografía; lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina*. Buenos Aires: Ciccus.
- Castrogiovanni, A. C. (2004). A geografia do espaço turístico, como construção complexa da comunicação.. 335 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Castrogiovanni, A. C. (2007). Lugar, no-lugar y entre-lugar. Los ángulos del espacio turístico. *Estudios y Perspectivas em Turismo*. V. 16 (1).
- Choay, F. (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP.
- Dolfus, O. (1991). O sistema mundo. *Boletim de Geografia Teorética*, v.21 (41).
- Humboldt-Universität zu Berlin. (2002). *Gestão de zonas costeiras e turismo: contribuição para a redução da pobreza, transformação de conflitos de meio ambiente em Inhambane/Moçambique*. Berlim.
- Inhambane. (2009). Plano Estratégico do Município de Inhambane 2009-2019. Inhambane.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Acesso 11.02.2014, disponível em <http://www.iphan.gov.br>.
- Knafou, R. (1996). Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: Rodrigues, A.A.B. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec.
- Ministério do Turismo. (2004). Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013). 12 de Outubro de 2004, Maputo.
- Ministério do Turismo. (2003). Política do Turismo e Estratégia de sua Implementação. Resolução nº 14, de 4 de Abril de 2003, Maputo.
- Moesch, M. (2000). *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto.

- Molina, S. (2003). *O pós-turismo*. São Paulo: Aleph.
- Molina, S. (2011). *Turismo creativo: el fin de la competitividad*. Chile: Escritores.
- Montejano, J. M. (2001). *Estrutura do mercado turístico*. São Paulo: Roca.
- Moçambique (Republica de). (2009). Balanço do programa quinquenal do governo 2005-2009: Província de Inhambane. Inhambane: Governo de Inhambane,.
- Moçambique. Instituto Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico*. Maputo, 2007-2010.
- Muatxiwa, M. & Eberherr, T. Criação de emprego e necessidades de formação pela PME: Um estudo de caso no sector do turístico de Inhambane. In: Moçambique (Republica de). *Pequenas e médias empresas em Moçambique: situação, perspectiva e desafios*. Maputo: MIC. Direcção Nacional da Indústria, pp. 155-162.
- Nhantumbo, E. S. (2007). *Tendências de desenvolvimento do turismo e alterações na ocupação e utilização do espaço no Município de Inhambane*. Inhambane: Universidade Eduardo Mondlane.
- Nhantumbo, E. S. (2009). Tourism development and community response: the case of the Inhambane coastal zone, Mozambique. Thesis presented in fulfilment of the requirements for the degree of Master of Arts at Stellenbosch University, Stellenbosch.
- Organização Mundial Do Turismo. (2001). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca.
- Pellegrini Filho, A. (1999). *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus.
- Pires, P. dos S. (2002). *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Senac.
- Prats, L. (1998). *El cobcepto de patrimonio cultural. Política y Sociedad*, V. 27.
- Santos, M. (2012). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP.
- Schettini, M.G. (2008a). Del atractivo turístico auténtico a la construcción de autenticidad. Turismo y renovación urbana en el barrio de la Boca de la Ciudad de Buenos Aires. In: Bertoncello, R. (org). *Turismo y Geografía: lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina*. Buenos Aires: Ciccus.
- Teixeira, A. B.; Silva, S. D. & Bernardes G. D. (2012). Patrimônio cultural e turismo sustentável: expectativas e percepções na gestão turística da Cidade de Goiás. In: *Book of Proceedings – Tourism and Management Studies International Conference Algarve*. V.1, Portugal.
- Xavier, H. (2007). *A percepção geográfica do turismo*. São Paulo: Aleph.

Recebido: 20 AGO 2014

Revisão pelos autores: SET 2014

Aprovado: 9 OUT 2014